

DS2 Engenharia e  
Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em 31  
de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar  
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000  
www.kpmg.com.br

## **Relatório independentes sobre as demonstrações financeiras dos auditores**

Aos Administradores e Acionistas da  
DS2 Engenharia e Comércio S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da DS2 Engenharia e Comércio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DS2 Engenharia e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos – auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram auditados por auditores independentes.



### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de



continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo  
Contador CRC RJ-091559/O-4

## DS2 Engenharia e Comércio S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.166	1.922	Fornecedores		2.252	1.300
Contas a receber de clientes	8	3.667	1.447	Empréstimos e financiamentos	13	9.396	2.103
Estoques	9	2.831	3.275	Contas a pagar com partes relacionadas	16	1.048	417
Imposto de renda, contribuição social a recuperar		95	360	Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	1.271	294
Despesas antecipadas		75	113	Outros impostos a recolher	18	1.988	685
Ativos não circulante mantidos para venda	10	671	-	Salários e encargos		678	373
Outros ativos		27	323	Outras contas a pagar		512	288
		<u>8.532</u>	<u>7.440</u>			<u>17.145</u>	<u>5.460</u>
Não circulante				Não circulante			
Mútuos com partes relacionadas	16	<u>26.367</u>	<u>7.153</u>	Empréstimos e financiamentos	13	6.235	1.491
				Provisão para desmobilização de ativos	11	599	631
Imobilizado	11	9.176	10.832	Outras contas a pagar	16	227	1
Intangível	12	<u>1.155</u>	<u>1.287</u>			<u>7.061</u>	<u>2.123</u>
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		100	100
				Reserva de lucros		<u>20.924</u>	<u>19.029</u>
				Patrimônio líquido		<u>21.024</u>	<u>19.129</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>45.230</u>	<u>26.712</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>45.230</u>	<u>26.712</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DS2 Engenharia e Comércio S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas líquidas de vendas	19	26.305	21.088
Custos dos produtos vendidos	20	<u>(16.844)</u>	<u>(12.185)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>9.461</u></b>	<b><u>8.904</u></b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	20	(2.130)	(2.066)
Despesas comerciais	20	(445)	(1.119)
Outras receitas e despesas, líquida	20	<u>50</u>	<u>116</u>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b><u>6.936</u></b>	<b><u>5.834</u></b>
Receitas financeiras		231	263
Despesas financeiras		<u>(3.018)</u>	<u>(1.246)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	21	<b><u>(2.787)</u></b>	<b><u>(983)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>4.149</b>	<b>4.851</b>
Imposto de renda e contribuição social	14	<u>(1.622)</u>	<u>(914)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u><u>2.527</u></u></b>	<b><u><u>3.937</u></u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **DS2 Engenharia e Comercio S.A.**

### **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício	2.527	3.937
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>2.527</u></u>	<u><u>3.937</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DS2 Engenharia e Comercio S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros/prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	100	20	16.056	-	16.176
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.937	3.937
<b>Destinação do lucro</b>					
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.953	(2.953)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(984)	(984)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	100	20	19.009	-	19.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.527	2.527
<b>Destinação do lucro</b>					
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.895	(1.895)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(632)	(632)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>100</u>	<u>20</u>	<u>20.904</u>	<u>-</u>	<u>21.024</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DS2 Engenharia e Comercio S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.527	3.937
Depreciação de imobilizado	1.118	1.601
Amortização de intangíveis	277	199
Imposto de renda e contribuição social	1.622	914
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	21	259
Provisão de juros sobre empréstimos	1.488	890
	<u>7.053</u>	<u>7.691</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(2.241)	921
Estoques	444	(690)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recuperar	265	550
Despesas antecipadas	38	(113)
Outros ativos	296	(218)
Fornecedores	952	(635)
Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher	2.280	336
Salários e encargos sociais	305	(279)
Outras contras a pagar	191	(332)
	<u>9.583</u>	<u>7.340</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<b>9.583</b>	<b>7.340</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(511)	(703)
Juros de empréstimos pagos	(1.162)	(939)
	<u>(1.673)</u>	<u>(1.642)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>7.910</b>	<b>5.698</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	(436)	(1.436)
Aquisição de intangível	(145)	(208)
	<u>(581)</u>	<u>(1.644)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(581)</b>	<b>(1.644)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	13.872	11.256
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.602)	(12.467)
Pagamento de dividendos	(632)	(984)
Recebimentos com partes relacionadas	858	402
Pagamentos com partes relacionadas	(18.582)	(1.983)
	<u>(8.086)</u>	<u>(3.776)</u>
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(8.086)</b>	<b>(3.776)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(757)</b>	<b>927</b>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.923	996
No final do exercício	1.166	1.923
	<u>(757)</u>	<u>927</u>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(757)</b>	<b>927</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado em contrário)

### 1 Informações gerais

A DS2 Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia") foi constituída em 13 de fevereiro de 2012, com sua sede na Rua da Assembléia nº 10, Centro – Rio de Janeiro – RJ e possui como atividade principal a produção e comercialização de materiais agregados no estado de São Paulo.

Como consequência do cenário econômico atual, em 31 de dezembro de 2016, o capital circulante líquido ("CCL") da Companhia encontra-se negativo em aproximadamente R\$ 885 mil (R\$ 1.980 mil positivo em 31 de dezembro de 2015).

A atual situação política do país bem como queda na economia brasileira, caracterizados por alta de juros nos últimos anos, aliados à queda na atividade econômica e forte redução no acesso ao crédito, são fatores que contribuíram para queda nas vendas, levando a uma elevação das despesas financeiras e do fluxo de caixa requerido ao serviço da dívida.

Dentre as ações já implementadas pela Companhia destacam-se a renegociação das principais dívidas com credores atuais com pagamento através de aquisição de novas linhas de crédito mais baratas e com prazo de pagamento alongado.

A Administração da Companhia esperam que a partir dos maiores volumes a serem produzidos, e do ajuste nos preços no médio e longo prazos a Companhia alcance um nível de rentabilidade e geração de caixa operacional mais elevados e que em conjunto com o reperfilamento e revisão do fluxo de pagamento do serviço da dívida permitirão à Companhia se manter corrente com suas obrigações financeiras. Assim, a Administração entende que a Companhia é capaz de liquidar seus passivos no curso normal das operações, não havendo dúvida sobre a sua continuidade operacional.

### 2 Licenças

A Companhia tem como pré-requisito obter todas as licenças exigidas por lei para cada uma das suas instalações e atividades. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia possui as seguintes licenças:

	Nº	Tipo	2016		2015	
			Emissão	Vigência	Emissão	Vigência
DS2	60001996	Licença de instalação	09.03.2016	09.03.2019	-	-
DS2	60003833	Licença de operação	01.09.2012	02.06.2018	01.09.2012	02.06.2018
DS2	60004471	Licença de operação	26.09.2016	02.06.2018	-	-
DS2	60003520	Licença de operação	11.06.2014	11.06.2017	11.06.2014	11.06.2017

### 3 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Perda (*impairment*) dos ativos imobilizados e intangíveis

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados e intangíveis, de acordo com a política contábil apresentada na Nota Explicativa nº 5.7. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base em cálculos do valor em uso.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis dos ativos não-financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

#### (b) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.5, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o período corrente, a Administração efetuou a revisão da vida útil dos ativos imobilizados e valor residual.

#### (c) Método e prazo de amortização de direitos minerários

A Companhia efetuou a revisão da metodologia de amortização dos intangíveis com vida útil definida, alterando prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2016 a metodologia de amortização linear pelo prazo de utilização dos recursos minerais para amortização de acordo com a utilização de reservas, sendo esta considerada uma mudança de estimativa contábil.

**(d) Provisão para devedores duvidosos**

As provisões para perdas de devedores duvidosos ("PDD") são estimadas para saldos de contas a receber não liquidados após o prazo de 180 dias ou para duplicatas incobráveis, em outras faixas de vencimento. Essa avaliação é efetuada pela administração e suportada por julgamentos e análise de situação financeira dos clientes, de forma individual.

## **5 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

A Companhia efetuou a revisão das estimativas de vida útil e método de consumo periódico dos direitos minerários, de forma a refletir adequadamente a essência econômica e a posição patrimonial e financeira. A Companhia efetua a amortização de suas jazidas minerais através do método de quantidade extraída, ao longo da vida útil estimada do ativo intangível.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **5.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos em aplicações financeiras. Essas aplicações possuem alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

### **5.2 Ativos financeiros**

**(a) Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis e valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

*Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber".

**(b) Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

(c) **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "impairment").

**5.3 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e as despesas de venda. A Companhia realiza topografia dos estoques periodicamente com a finalidade de levantar diferenças entre os valores contabilizados e o resultado apurado nas topografias.

**5.4 Intangível**

(a) **Softwares**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares em cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(b) **Direito minerário**

Os ativos minerários são representados por direitos de exploração e desenvolvimento de área cujo objetivo é estimar o prazo de extração das jazidas minerais e a geração de benefícios econômicos futuros e são amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral.

(c) **Custo para retirada de ativos e reflorestamento**

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida quando a companhia tem um plano de desmobilização de ativos aprovados e detalhados. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com a desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo intangível, sendo amortizado pelo tempo de vida útil do ativo.

**5.5 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções diárias são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Revisões regulares e programadas são reconhecidas ao ativo beneficiado.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Máquinas e equipamentos	10-30
Veículos	5
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 5.6 Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda os ativos imobilizados não são mais depreciados.

## 5.7 Redução ao valor recuperável (Impairment)

### (a) *Impairment de ativos financeiros*

#### *Ativos mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não

tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas:

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(b) *Impairment de ativos não financeiros***

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Não houve perda no valor recuperável dos valores contábeis dos ativos não- financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**5.8 Contas a pagar aos fornecedores e às partes relacionadas**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**5.9 Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um



direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

#### **5.10 Imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

#### **5.11 Capital social**

As ações da Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

#### **5.12 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### **5.13 Reconhecimento da receita**

A Companhia comercializa britas, massa asfáltica (CBUQ) e solos especiais para construtoras, empresas produtoras de concreto, prefeituras e varejo (revendas).

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios da Companhia varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos são praticados tres operações, distintas, (i) CIF (*cost, insurance and freight*), que inclui custos de entrega, fretes e seguro na qual a transferência de riscos ocorre no momento da entrega ao cliente, (ii) FOB (*Free On Board*), cuja operação de entrega é de total responsabilidade do cliente e a transferência ocorre no momento da retirada do material em nossas instalações, (iii) consignação industrial, na qual a transferência ocorre na disponibilização dos nossos produtos nas instalações do cliente.

## 5.1 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

## 5.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### ***Iniciativa de divulgação (alterações ao CPC 26 / International Accounting Standard (IAS) 7***

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRSs).

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

### ***Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (alterações ao CPC 32/ IAS 12)***

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 9 Financial Instruments (instrumentos financeiros)**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (receita de contratos com clientes)**

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (International Financial Reporting Interpretation (IFRIC) 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

### **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, Standard Interpretation Committee (SIC) 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para

entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

### ***Outras alterações***

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **6 Gerenciamento dos riscos financeiros**

### **6.1 Fatores de risco financeiro**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

#### ***a. Risco de mercado***

##### ***(i) Risco de taxa de juros***

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, consideramos como relevante o impacto nas despesas financeiras de eventuais aumentos desse indexador.

Devido a característica de seus empréstimos, a Companhia possui pouca exposição ao risco de juros em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**b. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

**(i) Contas a receber**

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Comitê de Crédito e/ou pela alçada competente, conforme Política de Crédito. O monitoramento da utilização dos limites de crédito é realizado semanalmente.

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referente ao contas a receber.

**(ii) Caixa equivalente de caixa**

A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 1.166 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$ 1.922). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre Aa3 e AA, baseado na agência de rating da *Moodys*.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

**c. Risco de liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável)

em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A Administração da Companhia efetua a análise de risco de liquidez periodicamente e como forma de prevenção e manutenção do caixa de curto prazo, efetuou um plano de renegociação das dívidas de curto de prazo com inclusão de carências junto aos credores. Com as renegociações já efetivadas em 2016 e novas linhas de crédito, assim como as operações em andamento de obtenção de carência, a Companhia é será capaz de cumprir o fluxo de amortização das dívidas e a geração de caixa para o plano de negócios.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		
Fornecedores	2.252	-
Empréstimos e financiamentos	9.711	8.591
Mútuos com partes relacionadas	1.047	-
Outras contas a pagar	512	-
	<u>13.522</u>	<u>8.818</u>
	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e cinco anos</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>		
Fornecedores	1.300	-
Empréstimos e financiamentos	2.523	1.663
Mútuos com partes relacionadas	416	-
Outras contas a pagar	288	-
	<u>4.527</u>	<u>1.664</u>

## 6.2 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. A variável de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de seis meses para essa avaliação é sua exposição à variação do CDI no que tange seus ativos financeiros. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia.

O cenário provável considera a divulgação das taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2016, considerando altas e baixas futuras de 10%.

Os cenários adotados foram um aumento de 10% e deterioração de 25% e 50% para os nossos ativos financeiros e uma alta de 10%, 25% e 50% para o nosso passivo financeiro.

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>						
	<b>Operação</b>	<b>Taxa</b>	<b>Posição na data-base</b>	<b>Provável (+10%)</b>	<b>Possível (-25%)</b>	<b>Remoto (-50%)</b>
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		13,66%	15,03%	10,25%	6,83%
	Aplicações financeiras	98% CDI	730	110	75	50
	Impacto financeiro do CDI			<b>110</b>	<b>75</b>	<b>50</b>
	<b>Operação</b>	<b>Taxa</b>	<b>Posição na data-base</b>	<b>Provável (+10%)</b>	<b>Possível (+25%)</b>	<b>Remoto (+50%)</b>
Passivos financeiros	Estimativa do CDI		13,66%	15,03%	17,08%	20,49%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	6,20% a.a. + CDI	2.684	403	458	550
	Leasing	5,22% a.a. + CDI	926	139	158	190
				<b>542</b>	<b>616</b>	<b>740</b>

  

<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>						
	<b>Operação</b>	<b>Taxa</b>	<b>Posição na data-base</b>	<b>Provável (+10%)</b>	<b>Possível (-25%)</b>	<b>Remoto (-50%)</b>
Ativos financeiros	Estimativa do CDI		11,57%	15,54%	10,60%	7,07%
	Aplicações financeiras	102% CDI	1.631	209	142	94
	Impacto financeiro do CDI			<b>209</b>	<b>142</b>	<b>94</b>
	<b>Operação</b>	<b>Taxa</b>	<b>Posição na data-base</b>	<b>Provável (+10%)</b>	<b>Possível (+25%)</b>	<b>Remoto (+50%)</b>
Passivos financeiros	Estimativa do CDI		11,57%	15,54%	17,66%	21,20%
	Empréstimo capital de giro - pós fixado	5,5% a.a + CDI	1.375	176	199	240
	Leasing	3,5% a.a + CDI	1.166	148	169	202
				<b>325</b>	<b>367</b>	<b>443</b>

### 6.3 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser assim sumariados:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total dos empréstimos e financiamentos	15.631	3.594
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.166)	(1.923)
Dívida líquida	14.466	1.672
Total do patrimônio líquido	21.024	19.129
Total do capital	35.490	20.800
Índice de alavancagem financeira - %	41%	8%

#### **6.4 Classificação do valor justo**

A Administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado.

A Companhia, não efetua aplicações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

	<b>Empréstimos e recebíveis</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>	
Contas a receber de clientes	3.667
Mútuos com partes relacionadas	26.367
Caixa e equivalentes de caixa	1.166
	31.200
<b>31 de dezembro de 2015</b>	
Contas a receber de clientes	1.447
Mútuos com partes relacionadas	7.153
Caixa e equivalentes de caixa	1.923
	10.523



Os passivos financeiros são classificados como se segue:

	<b>Outros passivos financeiros</b>
<b>31 de dezembro de 2016</b>	
Empréstimos e financiamentos	15.361
Mútuos com partes relacionadas	1.047
Obrigações legais (i)	105
	17.011
	<b>Outros passivos financeiros</b>
<b>31 de dezembro de 2015</b>	
Empréstimos e financiamentos	3.594
Contas a pagar com partes relacionadas	417
Obrigações legais (i)	56
	4.067

(i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Recursos em bancos e em caixa	436	292
Aplicações financeiras	730	1.631
	1.166	1.923

As aplicações financeiras são representadas por Certificado de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), gerando rentabilidade média em 2016 entre 101% e 102% (101% e 102% em 2015). Essas aplicações possuem alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 8 Contas a receber de clientes

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Clientes	4.754	2.812
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.087)	(1.366)
	3.667	1.446

As estimativas de provisão para créditos de liquidação duvidosa registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 totalizaram R\$ 280 e R\$ 258, respectivamente.

Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer		
Até 30 dias	2.453	1.343
De 31 a 180 dias	652	204
	3.105	1.547
Valores vencidos		
Até 30 dias	181	113
De 31 a 60 dias	2	10
De 60 a 180 dias	206	94
Acima de 180 dias	1.259	1.048
	1.648	1.265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.086)	(1.366)
	3.667	1.446

## 9 Estoques

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Produtos acabados	1.837	2.384
Almoxarifado (material de reposição e outros)	726	822
Estoques de terceiros em nosso poder	249	28
Outros estoques	19	41
	2.831	3.275

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 totalizaram R\$ 16.844 e R\$ 12.185, respectivamente.

## 10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em fevereiro de 2016, a Administração se comprometeu com um plano de desinvestimento de ativos imobilizados operacionais, que foram substituídos por novos ou em estágio de ociosidade. Assim, parte dos ativos imobilizados está apresentada como um grupo de ativos mantidos para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram com previsão de realização por um prazo inferior a 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o grupo de ativos mantidos para venda estavam registrados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda e compreendia R\$ 671 (R\$ 0 em 2015) representado por máquinas e equipamentos disponíveis na Unidade.

## 11 Imobilizado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações registradas nas contas do ativo imobilizado foram as seguintes:

	<b>2016</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>
Edificações	1.557	(1.033)	524
Veículos e máquinas	12.730	(4.200)	8.530
Móveis, utensílios e equipamentos	195	(75)	120
	<u>14.482</u>	<u>(5.308)</u>	<u>9.174</u>
	<b>2015</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>
Edificações	1.533	(772)	761
Veículos e máquinas	13.309	(3.369)	9.940
Móveis, utensílios e equipamentos	182	(51)	131
	<u>15.024</u>	<u>(4.192)</u>	<u>10.832</u>

	<b>Edificações</b>	<b>Veículos e máquinas</b>	<b>Móveis, utensílios e equipamentos</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>887</b>	<b>10.500</b>	<b>104</b>	<b>11.491</b>
Adições	76	1.306	44	1.426
Baixas	-	(864)	-	(864)
Transferência	10	(10)	-	-
Depreciação	(212)	(992)	(17)	(1.221)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>761</b>	<b>9.940</b>	<b>131</b>	<b>10.832</b>
Adições	24	396	14	434
Baixas	-	(723)	-	(723)
Depreciação	(261)	(1.083)	(25)	(1.369)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>524</b>	<b>8.530</b>	<b>120</b>	<b>9.174</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>				
Custo	1.533	13.309	182	15.024
Depreciação acumulada	(772)	(3.369)	(51)	(4.192)
	<u>761</u>	<u>9.940</u>	<u>131</u>	<u>10.832</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Custo	1.557	12.730	195	14.482
Depreciação acumulada	(1.033)	(4.200)	(75)	(5.308)
	<u>524</u>	<u>8.530</u>	<u>120</u>	<u>9.174</u>
Vida útil dos ativos	-	5 a 30 anos	5 a 10 anos	-

## 12 Intangível

	2016		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	28	(14)	14
Direito minerário	1.153	(656)	497
Custo para retirada de ativos (a)	696	(52)	644
	<u>1.877</u>	<u>(722)</u>	<u>1.155</u>
	2015		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e outros	28	(9)	19
Direito minerário	1.009	(396)	613
Custo para retirada de ativos (a)	696	(41)	655
	<u>1.733</u>	<u>(446)</u>	<u>1.287</u>

- (a) O valor para a retirada de ativos reflete a estimativa de gastos a serem incorridos com a recuperação das áreas dos empreendimentos minerais visando retorná-la ao mais próximo possível da condição anterior à atividade mineral ou disponibilizar esta área para atividades úteis a sociedade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as movimentações registradas nas contas do intangível foram as seguintes:

	Direito minerário	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2016</b>	<b>613</b>	<b>19</b>	<b>655</b>	<b>1.287</b>
Adições	145	-	-	145
Amortização	(261)	(5)	(11)	(277)
	<u>497</u>	<u>14</u>	<u>644</u>	<u>1.155</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Custo	1.153	28	696	1.877
Amortização acumulada	(656)	(14)	(52)	(722)
Saldo contábil, líquido	<u>497</u>	<u>14</u>	<u>644</u>	<u>1.155</u>
	Direito minerário	Softwares e outros	Custo para retirada de ativos e reflorestamento	Total
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2015</b>	<b>596</b>	<b>20</b>	<b>662</b>	<b>1.278</b>
Adição	204	4	-	208
Amortização	(187)	(5)	(7)	(199)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>613</u>	<u>19</u>	<u>655</u>	<u>1.287</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>				
Custo	1.009	28	696	1.733
Amortização acumulada	(396)	(9)	(41)	(446)

Saldo contábil, líquido	<u>613</u>	<u>19</u>	<u>655</u>	<u>1.287</u>
-------------------------	------------	-----------	------------	--------------

Os direitos minerários são amortizados pelo prazo de vida útil das áreas de exploração mineral e amortizados de acordo com a vida útil de exploração das minas, pelo método de quantidades produzidas e de acordo com a extração da área mineral. A vida útil estimada em 31 de dezembro de 2016 e 2015, baseadas em sua produção são de 20 a 25 anos.

Os gastos com desenvolvimento são amortizados de acordo com a extração da área a ser explorada. Tendo em vista que não houve extração da área durante o exercício, a Companhia não reconheceu amortização no período.

### **Teste de Impairment**

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração da Companhia revisa anualmente indicativos de perda, de maneira regular, a fim de verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos considera a recuperabilidade do ativo imobilizado, intangível e ágios onde aplicável. Nesse sentido, a Companhia utilizou-se do valor em uso por UGC a partir de projeções aprovadas pela Administração e premissas consistentes com a análise efetuada em 31 de dezembro de 2016, que consideram:

- Revisão dos cenários para cada UGC conforme planos de negócios, considerando receitas futuras projetadas;
- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 19 anos, com perpetuidade, uma vez que a Companhia encontra-se em fase inicial de suas operações assim como o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura.
- Taxa de desconto de 11%, mesma utilizada em 31 de dezembro de 2015.
- Além do fluxo de caixa projetado de 2017 a 2035, também é calculada perpetuidade com base na visão de longo prazo e sem considerar crescimento em termos reais para esse cálculo. Os fluxos de caixa bem como a perpetuidade são trazidos a valor presente por uma taxa de desconto baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (“WACC”).

### 13 Empréstimos e financiamentos

Tipo de financiamento	Moeda	Taxa anual média	2016	2015
		de juros - %		
Empréstimo capital de giro - pós fixado	Real	6,2% a.a + CDI	2.684	1.375
FINAME	Real	4,22% a.a	-	1.053
Leasing	Real	5,22% a.a + CDI	926	1.167
Notas promissórias	Real	6,50% a.a + CDI	12.021	-
			<u>15.631</u>	<u>3.595</u>
Circulante			9.396	2.104
Não circulante			6.235	1.491

O saldo a pagar a curto e longo prazo dos empréstimos e financiamentos tem vencimentos como segue:

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - em moeda nacional		
Seis meses a um ano	9.396	2.103
Entre dois e cinco anos	<u>6.235</u>	<u>1.492</u>
	<u>15.631</u>	<u>3.595</u>

Os empréstimos são classificados como passivo circulante a menos que a tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

#### Garantias

Os financiamentos sob a modalidade de leasing financeiro possuem como garantia o próprio ativo financiado.

Os empréstimos de capital de giro possuem como garantia o aval da controladora Empresa Brasileira de Agregados Minerais S.A (EBAM).

O valor contábil e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimo capital de giro	2.684	1.375	2.693	1.376
Finame	-	1.053	-	1.023
Leasing	926	1.167	926	1.209
Notas Promissórias	12.021	-	12.096	-
	<u>15.631</u>	<u>3.595</u>	<u>15.715</u>	<u>3.608</u>

Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada nas últimas operações realizadas para capital de giro e leasing e com base na informação

disponível no site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para operações de Finame.

## 14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com bases nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda e da contribuição social.

	2016		2015	
Receita Tributável do Ano-Calendário	32.100		23.614	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>
Lucro Presumido - Britagem e assemelhados (IRPJ = 8% e CSLL = 12%)	1.976	2.963	1.456	2.456
Lucro Presumido - Outras receitas operacionais (IRPJ e CSLL = 32%)	2.264	2.264	4	4
Imposto de renda e contribuição social apurados no período	1.039	470	562	320
Outras receitas tributáveis a 100% (IRPJ = 25% e CSLL = 9%)	83	30	24	8
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>1.122</b>	<b>500</b>	<b>586</b>	<b>328</b>
Corrente (IRPJ e CSLL) - Presumido	1.622		914	
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	5,05%		3,87%	

## 15 Compromissos assumidos

### a. Compromissos de contratação de serviços e aquisição de materiais

A Companhia e suas unidades possuem compromissos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos para aquisição de materiais de consumo e locação de veículos no montante de R\$1.500.

### b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia possui e arrenda terrenos e direitos minerários, segundo contratos de arrendamento, cujas remunerações variam de acordo com o volume de aproveitamento econômico do minério extraído. A rescisão dos contratos poderá ser feita unilateralmente pelas empresas, sem a hipótese de multa, desde que notificada previamente aos arrendatários.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o custo de arrendamentos operacionais reconhecidos no resultado do exercício foi de R\$ 810.000 e R\$ 733.000, respectivamente.

## 16 Partes relacionadas

### (a) Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços está apresentada a seguir:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remuneração - pró-labore	<u>239</u>	<u>179</u>
	<u>239</u>	<u>179</u>

### (b) Contas a receber com partes relacionadas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Contas a receber		
Mútuos com partes relacionadas (i)	<u>26.367</u>	<u>7.153</u>
	<u>26.367</u>	<u>7.143</u>

- (i) A Companhia firmou contratos de mútuos com a controladora EBAM no montante de R\$ 26.367. Os respectivos contratos possuem vencimento em 2018 e sua taxa de juros acordada é o sistema especial de liquidação e custódia (SELIC).

### (c) Contas a pagar com partes relacionadas

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Contas a pagar		
Mútuos com partes relacionadas (ii)	<u>1.047</u>	<u>416</u>
	<u>1.047</u>	<u>416</u>

- (ii) A Companhia firmou um contrato de mútuo com a Serobrita Mineração Ltda. no montante de R\$ 1.047 (R\$ 416 em 2015). O respectivo contrato possui vencimento em dezembro de 2017 e sua taxa de juros acordada é o sistema especial de liquidação e custódia (SELIC).



## 17 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

	Quantidade de ações - milhares	Capital social
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015.	100.000	100

### (b) Reserva de lucros

#### (i) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar capital. Em 31 de dezembro de 2016, o montante dessa reserva era de R\$ 20 (R\$ 20 em 2015).

#### (ii) Dividendos adicionais propostos

Visando atender ao estatuto da Companhia e também à legislação societária brasileira, tendo em vista a obrigatoriedade de destinação do saldo de lucros acumulados, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 08, que determina que a parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo “dividendo adicional proposto”, até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios.

Durante o exercício de 2016, foram destinados os montantes de R\$ 1.895 (R\$ 2.953 em 2015) para atender ao ICPC 08. Esse dividendo adicional não se caracteriza como obrigação presente na data do balanço, já que a assembleia dos sócios poderá, não havendo qualquer restrição estatutária ou contratual, deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento por valor diferente do proposto.

#### (iii) Distribuição de dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. Durante o exercício de 2016, a administração da Companhia deliberou a distribuição antecipada dos dividendos mínimos do exercício no montante de R\$ 632 (R\$ 984 em 2015).

## 18 Outros impostos a recolher

	2016	2015
INSS a recolher		
PIS e COFINS a recolher	527	106
CFEM	92	43
ICMS	1.369	536
	<u>1.988</u>	<u>685</u>

## 19 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Venda de produtos e serviços	31.898	25.273
(-) Impostos sobre vendas	(5.464)	(4.150)
(-) Devolução e abatimentos	(129)	(35)
	<u>26.305</u>	<u>21.088</u>

## 20 Custos e despesas por natureza

	2016	2015
Custo das vendas	(16.844)	(12.185)
Despesas gerais e administrativas	(2.130)	(2.066)
Despesas comerciais	(445)	(1.119)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	50	116
	<u>(19.369)</u>	<u>(15.254)</u>

	2016	2015
Gastos com pessoal	(10.566)	(6.869)
Depreciação e amortização	(1.787)	(1.945)
Despesas de transporte e comissões	(496)	(426)
Manutenção e conservação	(1.900)	(1.257)
Serviços prestados por terceiros	(1.168)	(1.440)
Locações de máquinas, equipamentos e veículos	(239)	(87)
Gastos gerais administrativos	(1.260)	(922)
Despesas comerciais	(360)	(1.078)
Gastos com frete	(1.605)	(1.355)
Outras despesas gerais e administrativas	(38)	-
Outras receitas (despesas)	50	125
	<u>(19.369)</u>	<u>(15.254)</u>

## 21 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	173	191
Juros recebidos	54	63
Descontos obtidos	2	8
Outras receitas financeiras	2	1
	<u>231</u>	<u>263</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(2.450)	(182)
IOF	(47)	(142)
Juros sobre fornecedores	(415)	(852)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Descontos concedidos	(2)	(54)
Outras despesas financeiras	(104)	(16)
	<u><b>(3.018)</b></u>	<u><b>(1.246)</b></u>
	<u><b>(2.787)</b></u>	<u><b>(982)</b></u>

\* \* \*

## **Conselho de Administração**

Rubens M. M. de Freitas  
Danilo Gamboa  
Thiago Emanuel Rodrigues

### **Diretoria**

Ivo Correia Pereira  
Diretor

Rosilene Silva Cardoso Marques  
CRC – [ ]